

20. PROCEDIMENTO AQ/3/21/DCP - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN - BAIXA TENSÃO NORMAL $\leq 20,7$ KVA, BTN - BAIXA TENSÃO NORMAL $> 20,7$ KVA; BTE - BAIXA TENSÃO ESPECIAL, MT – MÉDIA TENSÃO E “ILUMINAÇÃO PÚBLICA”

O procedimento mencionado em epígrafe, desencadeado através de Ajuste Direto ao abrigo de Acordo Quadro, nos termos do n.º 1 do artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, autorizado por deliberação do órgão executivo na sua reunião de 13/07/2021.

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de não adjudicação e a revogação da decisão de contratar, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 26 de julho de 2021, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

26/07/2021


Despacho:

Com fundamento na presente informação determino a não adjudicação e revogo a decisão de contratar.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro:

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)
21.07.26

1. Informação

Data
26/07/2021

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
AQ/3/21/DCP	10.213.335,50€	24 meses
Objeto	<i>Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em BTN - Baixa Tensão Normal <= 20,7 kVA , BTN - Baixa Tensão Normal > 20,7 kVA; BTE - Baixa Tensão Especial, MT – Média Tensão e "Iluminação Pública"</i>	

3. Propostas de decisão

- De não adjudicação (alínea b) do nº1 do artigo 79.º do CCP);
- Notificação ao fornecedor da decisão de não adjudicação (n.º 2 do artigo 79.º do CCP)
- Revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CCP).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

5. Abertura do procedimento

Por deliberação do Órgão Executivo na sua Reunião de 13/07/2021, foi autorizada a abertura do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 258.º do CCP, na sua atual redação, com convite à EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A, entidade selecionada no Acordo Quadro CNCM-AQ/35/2020 da Central Nacional de Compras Municipais à qual o Município de Braga aderiu, por deliberação tomada na sua Reunião de 21/10/2019.

6. Apresentação de propostas

O procedimento foi lançado na AGINGOV, plataforma de contratação pública utilizada pelo Município a 14/07/2021, tendo sido concedido um prazo de 5 dias para apresentação de propostas, prazo esse prorrogado até às 18h do dia 21/07 após solicitação do concorrente.

Após abertura da proposta verificou-se que os preços unitários apresentados eram superiores aos preços fixados no Acordo Quadro, e por sua vez aos preços fixados no caderno de encargos do ajuste direto realizado ao abrigo desse acordo-quadro, o que seria motivo de exclusão.

Por essa razão, foi a EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A, nos termos do artigo 125.º do CCP, na sua atual redação, convidada a melhorar a proposta, dando a oportunidade de esta apresentar preços correspondentes aos preços máximos do AQ, dando como prazo limite o dia 23/07 às 17h.

A EDP alegando alterações anormais e de circunstâncias imprevisíveis, relacionadas com as condições do mercado energético, que provocaram uma volatilidade de preços causados pela atual crise epidemiológica, não apresentou nenhuma proposta melhorada.

7. Análise e avaliação da proposta apresentada

Os preços unitários já estão fixados na proposta da entidade selecionada, resultante do Acordo Quadro celebrado.

Concorrente	Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.
Fundamentação	
De direito	De direito (artigo 70.º CCP) <i>Art.º 70.º, n.º 2, al. d) - Que o preço contratual seria superior ao preço base, sem prejuízo do disposto no n.º 6;</i>

Os preços unitários do fornecimento de energia elétrica foram fixados no Acordo Quadro celebrado com a EDP Comercial, bem como estão estipulados na cláusula 3.ª do caderno de encargos do ajuste direto realizado ao abrigo desse AQ.

A proposta apresentada viola o preço base do procedimento, conforme se pode verificar:

De facto

BTN- Baixa Tensão Normal, potencia contratada				
Ciclo	Energia ativa		Preço AQ	Proposta EDP
Ciclo Diário/Semanal	Simples	Todas as horas	0,075420 €	0,11190 €
		Horas de vazio	0,068120 €	0,10130 €
	Bi-horário	Horas fora de vazio	0,080400 €	0,11660 €
		Horas de cheia	0,079260 €	0,12000 €
	Tri-horário	Horas de ponta	0,086980 €	0,12620 €
		Horas de vazio	0,068190 €	0,09890 €

BTE- Baixa Tensão Especial				
Ciclo	Energia ativa		Preço AQ	Proposta EDP
Ciclo Diário/Semanal	Horas de ponta		0,082930 €	0,11400 €
	Horas cheias		0,077740 €	0,11360 €
	Horas de vazio normal		0,068500 €	0,10090 €
	Horas de super vazio		0,063900 €	0,09380 €

MT - Média Tensão				
Ciclo	Energia ativa		Preço AQ	Proposta EDP
Anual	Horas de ponta		0,073960 €	0,11290 €
	Horas cheias		0,071050 €	0,10680 €
	Horas de vazio normal		0,061730 €	0,09080 €
	Horas de super vazio		0,059960 €	0,08980 €

8. Proposta de não adjudicação

Tendo em consideração o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP, na sua atual redação, não há lugar a adjudicação quando todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º, no que respeita às propostas, facto que ocorreu.

Propõe-se a revogação da decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do CCP, na sua atual redação.

Submete-se à Consideração Superior

(Chefe de Divisão de Contratação Pública)